

## Resumo Expandido

### **Título: As formas de construção e apropriação do saber no trabalho associado**

**Mestrando: Rogério Alves Henriques**

**Linha de Pesquisa: Trabalho e Educação**

**Orientador: Geraldo Marcio Alves dos Santos**

**Ingresso: 2021**

Ao observarmos as atuais relações de trabalho em nosso país é inquestionável que, nos últimos anos, existe uma acentuada degradação do trabalho e do acesso a ele. Podemos citar como importantes elementos nesta conjuntura a aprovação da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) retirando dos trabalhadores quase todas as garantias jurídicas que durante décadas contribuíram para um equilíbrio mínimo nas relações entre patrões e seus funcionários; a chamada “uberização” do trabalho que só cresce com a proliferação dos aplicativos de “delivery”, ampliando a exploração de diversos segmentos profissionais (motoboys, motoristas, pequenos comerciantes, etc.) e os recentes índices de desemprego que, segundo o IBGE, alcançaram alarmantes 14,1% no segundo trimestre de 2021, atingindo 14,4 milhões de pessoas economicamente ativas<sup>1</sup>. Devemos acrescentar ainda os efeitos da pandemia de COVID-19 que têm contribuído para a retração da economia e intensificação na crise do trabalho formal. Estes dados demonstram um cenário de deterioração do trabalho e a ampliação da exploração de quem necessita realizá-lo.

Paul Singer, ao falar sobre o surgimento do que se convencionou chamar de Economia Solidária, cita a origem do cooperativismo desencadeada pela primeira Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra entre o fim do século XVII e início do XVIII. Destaca como causa para o nascimento destas experiências o *espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção* (SINGER, 2002, p. 24). Posteriormente, quando discorre sobre o ressurgimento dessas experiências no Brasil,

---

<sup>1</sup> DESEMPREGO. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em 29 de agosto de 2021.

a partir da década de 80 do século XX, enfatiza que, *em grande medida, as empresas solidárias são resultados diretos da falência de firmas capitalistas, da subutilização do solo por latifúndios e do desemprego em massa* (SINGER, 2002, p. 113).

Seguindo os passos de Singer, podemos dizer que estes empreendimentos coletivos tendem a se multiplicar quando há a ampliação da precarização nas relações de trabalho e o desemprego. Os Fóruns de Economia Solidária (organizações políticas de empreendimentos, entidades de assessoria e gestores públicos), têm recebido, a cada dia, novas pessoas desamparadas em busca de espaço para realizar alguma atividade que lhes remunere minimamente. Dessa forma, compreender melhor como se organizam empreendimentos populares, como dividem as tarefas do dia a dia, quais estratégias utilizam para produzir, comercializar, se educar no ato de trabalhar e produzir renda é uma tarefa muito importante e requer esforços decididos de pesquisadores que se dedicam às questões do mundo do trabalho. Estas são as inquietações que nos guiam. Como norte da investigação elaboramos as seguintes questões, entendidas como problemas da pesquisa: os conhecimentos construídos e socializados no trabalho associado transformam o cotidiano laboral, as relações de poder e a vida das pessoas? E, ainda, por quais estratégias e pedagogias este processo é constituído?

Algumas hipóteses servem de referência para o problema apresentado e nos ajudarão a trilhar o caminho da pesquisa. No que diz respeito à organização do trabalho, esperamos encontrar no grupo objeto desta investigação trabalhadores que detenham, coletivamente, o controle sobre o próprio trabalho. Supomos identificar nas oficinas, no chão de fábrica e nos demais espaços laborais uma pedagogia própria e específica para a organização e o tipo de trabalho que é realizado. Acreditamos, ainda, observar processos produtivos menos fragmentados e nestas condições ver a livre circulação de conhecimentos a respeito da atividade realizada e sua gestão. Além disso, cremos poder notar uma frequente rotatividade nas funções administrativas e de coordenação. Por fim, intuímos que o ambiente de trabalho associado se transforma também em um local de formação política e social para os trabalhadores.

Traçamos alguns objetivos que pretendemos contemplar com a realização da pesquisa, sendo eles:

- Objetivo geral: Investigar as formas de construção e apropriação do saber em ambientes de trabalho associado.

- Objetivos específicos: compreender quais condições favorecem a socialização de saberes entre os trabalhadores e em quais contextos ela é mais frequente; identificar os saberes mobilizados na rotina de trabalho e compreender como estes conhecimentos são socializados entre os trabalhadores; observar e analisar como estes saberes interferem no processo produtivo e nas tomadas de decisão.

Nossa pesquisa pode ser classificada como estudo de caso. Para Antônio Carlos Gil, o estudo de caso *consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento* (GIL, 2002, p. 54). Pretendemos realizar uma investigação aprofundada sobre a forma de organização do grupo, cotidiano do trabalho, estratégias de tomada de decisão e de como os saberes são construídos.

Propomos, como estratégia metodológica, obter informações em *dados de gente e dados de papel* (GIL, 2002, p. 141), novamente apoiados nas reflexões Antônio Carlos Gil. Assim, planejamos realizar uma pesquisa documental nas atas de assembleias, estatutos sociais e demais documentos constitutivos do grupo pesquisado em busca de indícios sobre a forma pela qual se organizam, seus valores, princípios e de como é contada a sua história institucional. Também temos em vista buscar informações, impressões, sentimentos, histórias e as distintas interpretações da realidade constituídas pelos trabalhadores. Com este intuito, pretendemos realizar duas etapas de investigação, sendo uma coletiva e outra individual.

Para subsidiar as atividades de levantamento coletivo de dados junto aos trabalhadores, indicamos utilizar as metodologias de Diagnóstico Rural Participativo (VERDEJO, 2010), as quais se constituem em um conjunto de oficinas que utilizam diagramas, mapas e representações gráficas para realizar o diagnóstico e o planejamento comunitário/territorial. Essas metodologias foram desenvolvidas a partir da inspiração na “educação popular” e na “Pedagogia do Oprimido” (FREIRE, 1998), de Paulo Freire, e contribuem para compreender como o grupo percebe sua organização, seus desafios, suas qualidades, sua história, seus problemas, suas metas e obstáculos.

A pesquisa documental e as atividades coletivas servirão de subsídio para a elaboração de um questionário semiestruturado que será utilizado para ouvir

individualmente alguns trabalhadores e aprofundar a compreensão a respeito dos processos pedagógicos, relações de ensino e aprendizagem estabelecidas no dia a dia laboral. Permeando as três etapas já descritas, pesquisa documental, metodologias de pesquisa coletiva e entrevista individual, planejamos ter momentos de observação participante para vivenciar o cotidiano do grupo pesquisado.

Como resultado da pesquisa vamos elaborar, além da dissertação de conclusão do curso, um Recurso Educacional em formato de cartilha. Esperamos que esta cartilha seja um instrumento útil para organizações de trabalhadores e técnicos que se dedicam à assessoria de associações, cooperativas e grupos informais, na organização do trabalho como forma de emancipação humana, contribuindo na reflexão sobre as estratégias e possíveis caminhos para a construção de empreendimentos onde o trabalho é livre, associado e a distribuição dos ganhos é justa.

#### **Referências utilizadas no resumo:**

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.